

não pode ser única, eu tenho um cara que precisa de uma unidade nova, vou fazer um apartamento com dois dormitórios com financiamento de 25 anos assim, não, pode ser retrofit, pode ser aluguel, pode ser locação social, pode ser também uma unidade financiada para aquisição. Então esse debate sobre programas existentes e como eles vão funcionar no futuro, sobre o que é a demanda hoje, o que é a demanda projetada, tanto para inadequação, quanto para déficit, pode ser um bloco de debate bem intenso e aprofundado nessa oficina, que faremos antes das oficinas regionais, porque eu acho que nós todos temos que estar bem afinados para conseguir passar toda essa discussão acumulada nesse segundo semestre de 2009 sobre o tema. Acho que nada está fechado, isso tudo é aberto para discussão e então é isso. Em relação ao déficit, eu acho que em relação ao orçamento mesma coisa, já falamos, em relação a terrenos, concordo com você, tem que estar mapeado, não está mapeado no plano, por outro lado o plano considera sim o plano diretor estratégico, ele considera, nas diretrizes da política, nos princípios e diretrizes a gente tem também um trabalho em que está lá todos os artigos do plano diretor vigente, como eles estão rebatidos no plano de habitação, isso tem até uma planilha, porque ela orientou a elaboração do capítulo 1. Considera também a ZEIS, tanto as ZEIS propostas na primeira lei, na lei do plano diretor, quanto às ZEIS vigentes agora nos planos regionais, ela é um norteador, bom, eu preciso de 11 milhões de terra e eu tenho lá de ZEIS 15 milhões praticamente, então vamos ver. Será que todas essas ZEIS servem, o que pode o que não pode fazer? Esse trabalho a gente tem que fazer avaliar a ocupação da ZEIS, esse é um trabalho que nesse horizonte do plano a gente não fez. O plano é importante para articular recursos e aí eu vou fazer uma proposta, eu não sou conselheira, não sou nada, sou só uma colaboradora, mas eu acho que nós temos que fazer um momento de articulação com o plano estadual e o plano federal, eu acho que a gente pode propor um debate do Conselho com as três instâncias, porque o plano estadual não está fechado, e a gente pode utilizar esse momento para articular e alavancar esses recursos, para investimento em São Paulo. **Sra. Elisabete:** A pauta 3 é a apresentação do Programa para o Centro, o Ricardo vai apresentar. **Sr. Ricardo:** Bom, em primeiro lugar eu queria me desculpar aqui em nome da COHAB, talvez a gente não tenha sido suficientemente competente para convidar todos vocês para o lançamento, que foi no dia 4 de fevereiro, mas em função da correria, a gente acabou falando, mas de qualquer forma a gente vai tentar agora reproduzir o que a gente falou lá. Acho também o que a COHAB foi incumbida de fazer decorreu justamente de inúmeras discussões que houveram aqui nesse fórum, e o que então nós vamos ver agora é uma evolução de toda essa vontade coletiva de recuperar a área central. A gente teve oportunidade de contratar a FUPAM, que é a fundação ligada a FAU, e que a carga do professor Fábio Mariz, que organizou uma equipe fazer isso daí. Primeira observação, é que nós decidimos não usar a palavra retrofit, primeiro por ser uma palavra estrangeira e segundo por não ser uma palavra exata, retrofit nos EUA quer se referir a máquinas, não a imóveis, em inglês a gente usa a palavra renovation. E a gente achou que a palavra mais adequada e pretende disseminar essa palavra seria re-qualificação, uma vez que muitas vezes a gente está transformando outros usos no uso residencial, então nós estamos re-qualificando. A gente tinha uma meta dada pelo Prefeito de buscar 50 edifícios, não por acaso esse foi o número que a gente conseguiu chegar. Hoje mesmo tem um artigo na Folha de São Paulo falando que tem um grande número de prédios vazios no centro, e que tem 400 imóveis vazios na cidade. É importante para quem não saiba, é que esse número ele foi levantado no censo de 2000, portanto, há 10 anos. Então certamente esse número está muito desatualizado. E no centro percebemos, tinha alguns mitos, que vocês vão ver aqui hoje, tinha o mito que tinha muito prédio e que tinha muita oportunidade, infelizmente não é verdade. Então o que nós fizemos é o seguinte, nós andamos todas as ruas do centro da cidade e levantamos todos os prédio vazios, todos. Pegamos também uma lista de todos os prédios existentes na Prefeitura, na TPCL e trabalhamos esse arquivo para saber o que existia de prédio, e a partir daí a gente pode se orientar andando na cidade para poder ver o que está vazio.. Nós temos 336 mil viagens/dia, pessoas que se deslocam da periferia para a área central, então isso é uma motivação muito grande, a questão do transporte. Esse é o perímetro que nós utilizamos como pesquisa, nesse perímetro nós selecionamos os edifícios aqui, a gente vai depois explicar o critério. Nesse perímetro a gente tem 19 estações de metrô, 3 estações da CPTM e 4 terminais de ônibus, além do Expresso Tiradentes, que para quem não sabe tem a velocidade média maior do que a do próprio metrô. Nesse perímetro também a gente tem um número enorme de equipamentos de saúde, assim como um número enorme de escolas entre públicas e privadas. Nós também temos muitos centros de cultura, bibliotecas, museus, cinemas, teatros, e assim por diante. Bom, apesar de a gente ter 53 prédios, nós conseguimos com isso aqui, apenas 2500 unidades, então, quer dizer, o trabalho não é pequeno, enfim, mas eu acho que é uma coisa importante e desejada por todos, a gente está procurando fazer da melhor forma possível. Como todos mundo sabem, todo mundo aqui é especialista em habitação, a gente vai levar uns três anos para fazer tudo, nós estamos na fase de negociação com os proprietários para poder fazer a desapropriação amigável, se possível, para agilizar. Nós estamos estimando que nós vamos investir, entre tudo, entre desapropriação e reforma, investir em 400 milhões de reais, é isso. **Sra. Elisabete** Obrigada Ricardo. Vamos abrir inscrições para esclarecimentos. **Sr. Erildo** Vocês analisaram na situação se talvez fosse mais interessante, porque o centro da cidade, o centro de São Paulo, ele deveria ser modernizado. Agora, obviamente esses prédios que foram construídos conforme foi demonstrado, eles têm um sentido muito deteriorado, são os prédios que consequentemente terão gastos exorbitantes para essa reforma. Já pensaram no sentido de um acordo com a Prefeitura, de fazer a impositão realmente desses prédios? E construir edifícios modernos, bonitos, para que o centro da cidade de São Paulo seja o cartão realmente atê do Brasil, porque é o ponto primordial, a centralização, os metrô todos convergem para o centro de São Paulo. Então consequentemente desse centro deveria sair a melhor impressão e o exemplo para tudo. Porque eu acho que seria muito mais salutar para todos, então a proposta é que vocês façam a impositão, naqueles que puderem evidentemente, e construam novos prédios, fazendo até um acordo com a prefeitura. **Sr. Sidney** Eu gostaria de agradecer o Ricardo, a Bete, a Violêta, a Nancy. Acho que tudo isso que aconteceu isso é meramente foi fruto de lutas, todos esses companheiros participaram, isso começou em 1996, 1995, então isso não foi hoje, isso é fruto de tudo que a gente vinha colhendo com batalhas, com polícias, com cachorro mordendo a gente para a gente chegar aqui hoje e ter um pouco desse histórico do centro. Então eu acho que a COHAB está fazendo um papel super importante, no dia desse evento eu acho que estava eu, o companheiro Osmar e outros companheiros, fizemos muita questão de estar lá, porque isso

foi um fruto independente de gestão. E aí assim, eu conversei com o Prefeito Gilberto Kassab, de até num ponto de colocar um pouquinho de esquecimento dos movimentos populares, porque lá estava o SINDSCON, SECOVI, mas na palavra do Secretário Elton, ele acabou falando e matando o que a gente queria, que foi justamente um luta do Conselho da COHAB, junto com nós do movimento. E aí Ricardo, Bete, o que de verdade a gente queria, é atender essa população que mora em cortiço, deficiente, idoso, e outros, mas é que nós, movimento, pudesse fazer parte da demanda, de como nós vamos trabalhar. E eu tenho certeza que o próprio Prefeito, falou: Existe um grupo de trabalho? Eu falei existe Prefeito, só que a gente precisa de novo reconstituir com os movimentos, que nós temos que participar de todo processo desse grande movimento, 53 prédios. Então a COHAB tem algumas áreas que é Metrô Belém, outras áreas que a gente pode tirar de experiência e concluir o que está comprado, o que foi ou o que é ZEIS, para a gente concluir o trabalho no centro. Muito obrigado. **Sr. Benedito** O que me preocupa são duas coisas, que eu acho que foi colocado desde o início nesse processo, primeiro que o marco dessa negociação dos imóveis e dos prédios da liberação de parte dos recursos para a compra do prédio foi uma negociação em torno do São Vitor, então a primeira coisa que eu acho que vale discutir é a destinação de parte dessa demanda, porque a demanda do São Vitor e a gente acompanhou a reintegração de posse do Mercúrio, a situação que foi, parte das famílias até hoje, por exemplo, nem estão no Parceria Social, então eu acho que tem que ser um compromisso com essas famílias. A segunda coisa é a COHAB, a prefeitura anuncia novos projetos, é importante de fato anunciar, mas sempre tem algum passivo, que a gente tem que voltar atrás e falar, e está ali o pessoal com a faixa levantada no fundo, que é a situação do empreendimento na Rua do Carmo, o empreendimento ainda de Subprograma, de cortiço, na época da Luiza Erundina, passou pela Marta, começou o empreendimento lá na Rua do Carmo, tem lá o problema da igreja, que está do lado, mas as famílias hoje estão perdendo bolsa aluguel, porque não vão ser mais atendidas, e o anúncio da Secretaria de Habitação é que não vai ter mais empreendimento com as famílias. Então a gente inclusive fez uma proposta inclusive de resolução para que essas famílias sejam atendidas. A outra questão é em relação à participação no processo, eu já fiz uma reclamação na Executiva, o Conselho Municipal de Habitação deveria ter sido o primeiro a ser convidado para participar do lançamento dos 52 prédios, quero fazer aqui a crítica também. A outra questão é a participação, a gente fez um pedido na Executiva do Conselho que os imóveis, que o decreto de desapropriação pudesse ser mandado aos conselheiros para que soubesse onde estão esses prédios, quais são os imóveis que estão sendo negociados, e que a gente possa participar. **Sr. Kazuo:** Na verdade eu queria aprofundar alguns pontos que já foram citados aqui, pedir um detalhamento maior. Primeiro eu queria saber se na utilização das unidades que vão ser produzidas está sendo considerada a locação social, porque como foi mostrado aqui um dos empreendimentos que já existe, utilizou locação social, inclusive com base na avaliação das experiências que agente já tem. Segundo, já foi mencionado aqui os critérios de atendimento, como vai ser feito o atendimento da demanda, quais são os critérios de prioridade. Vai ser considerada renda? Porque 0 a 10 é uma faixa muito larga, qual vai ser a faixa realmente prioritária. E se vão considerar também outros critérios de priorização, a existência de pessoas idosas na família, pessoas com necessidades especiais, a participação do movimento popular de luta por moradia na definição desses critérios essa pauta da moradia na área central é fruto de ação política, do movimento popular, ocupando o prédio e enfrentando polícia. Então nada mais justo historicamente, na que movimento popular participe da definição dos critérios de atendimento e participe também da elaboração dos projetos. Então acho quando a gente faz projeto Habitacional participativo, a gente dá a chance dessa diversidade ser considerada, acho que precisava trabalhar isso. **Sra. Miriam:** Nós temos essa pauta aqui que é a questão do centro, e fazer a minha repudia aqui em relação a essa apresentação desses empreendimentos. Eu acredito de duas formas de como houve essa evasão da cidade, primeiro que quem tinha condições de comprar, quem tinha dinheiro, o poder aquisitivo comprou em Alphaville, Morumbi, saiu do centro de São Paulo, o centro foi se degradando. Segundo há outras questões, porque o centro foi tendo uma infra-estrutura melhor, recebendo outras melhorias, e quem não tinha condições teve que ir morar nas periferias, e quem se manteve aqui foi morando pagando muito e morando muito mal, que é em cortiço e algumas favelas que tem aqui. Então eu acredito que um programa como esse vindo dessa luta, que os trabalhadores fizeram, tem que ser com prioridade para a demanda de um a três salários mínimos, eu acho que a gente tem que pensar que esses prédios eles tem que ser voltados para esses trabalhadores. Como o companheiro aqui colocou, quantas viagens aqui a gente tem de pessoas que vem trabalhar no centro, são pessoas que vem aqui receber no final do mês um, dois, três salários mínimos. Então eu acho que era melhorar as condições de vida dessa pessoa, morando no centro e deixando de pagar a condução. A outra coisa que eu queria dizer é em relação à forma que o centro melhora quando você pensa em transformar o prédio em moradia popular, o Riachuelo, eu moro no Riachuelo e vários outros exemplos, mas um só, quando a gente foi morar lá embaixo, do lado tinha um mercadinho, uma pessoa que vendia água, distribuía água para o lugar, hoje a gente tem um mini mercado lá porque a demanda de 120 famílias, isso melhora a economia da região. E outra questão que eu queria colocar, questão da baixa renda, mas é assim, os movimentos, eles querem fazer parte dessa demanda, foi um bolo, que a gente trouxe a massa, colocamos os ovos, a manteiga e agora na hora de cortar a gente não quer ficar com a menor fatia não, a gente quer ficar com a melhor fatia. **Sr. Pedro:** Eu gostaria de fazer algumas perguntas a respeito da integração desses edifícios com o contexto urbano, é importante renovar os edifícios, mas qual é a relação que eles vão manter uma quadra onde estão inseridos com serviços públicos que estão à disposição, com o comércio, com a possibilidade de ter atividades de geração de renda para a população que estiver lá evidentemente há emprego na região, mas muitos estão no setor informal, não sei como vocês estão fazendo análise da demanda que vai participar desse projeto, inclusive a demanda do movimento, a grande maioria é de trabalhadores informais. A gente teve na gestão da Marta um programa que era integrado de reabilitação do habit, que justamente procurava evitar projetos que fossem muito fragmentados e edifícios isolados com todo o contexto urbano que ele se insere, então eu gostaria de entender um pouco melhor como é que os prédios estão se relacionando com o contexto urbano, com as ZEIS, os prédios estão em ZEIS, não estão em ZEIS, vão ser decretada a ZEIS nesses prédios, como vai ser feita a atuação nesse sentido. Outra pergunta é sobre o custo da unidade habitacional, o senhor falou em 400 milhões em investimento? E para 2500 uni-

dades, então por uma conta dá 160 mil reais o preço da unidade, então é um preço que está to acima do que tem sido feito, a política de habitação e interesse social, então eu gostaria de saber se por essa diferença que a gente sabe que é decorrente do custo do preço da terra no centro da cidade, vai haver um direcionamento para locação social para evitar que as unidades sejam repassadas, revendidas informalmente, que se perca de fato o objetivo social que se destina essas unidades a baixo da renda. Por último, a pergunta sobre o tamanho das unidades, a gente viu que 95% das unidades tem apenas um dormitório, queria saber como isso vai ser feito alguma restrição na definição da demanda a respeito da existência de filhos, porque com um dormitório você não tem condições dignas para criar crianças, você tem promiscuidade, falta de privacidade, falta de espaço para estudar, então quer dizer o ECA, a Defensoria Pública poderiam interditar quitinetes, apartamentos de um dormitório para famílias que tem crianças. Então eu gostaria de entender como nós fazemos, se o programa é direcionado apenas a casais, idosos, solteiros, como a gente faz o equacionamento do problema das famílias, dos núcleos familiares que tem direito também a moradia digna como falou a Teresa Herling, é a palavra chave que está norteando o Plano Municipal de Habitação. **Sra. M^o Isabel:** Mas na realidade eu gostaria só de fazer duas perguntas aqui, quando foi colocado aqui na tela o valor que tinha investimento proposto, então isso também saltou, o Pedro já levantou essa questão, também a questão do tamanho da unidade que também chamou atenção. E uma outra coisa que eu acho que também seria uma dúvida além dessas já colocadas, desse investimento todo, talvez até já tenha sido colocado, mas da onde virá, qual é a previsão desse recurso, da onde virá Minha Casa Minha Vida, enfim, recursos próprios, já que é um investimento relativamente alto. Em relação ao custo por unidade eu queria ainda reforçar um pouco que ele está colocado quase três vezes mais do recurso que a gente tem utilizado para condição de habitação social, mesmo na área central, e o atendimento a essa demanda, reforçar um pouco também isso, porque é uma unidade realmente em torno de uns 30m² é mais ou menos o que está saindo. E ainda mais também é a questão que se for recursos do Governo Federal, uma coisa que até foi colocada aqui na apresentação, sempre esbarra com a questão da legalidade, com a questão das aprovações e tudo o mais, como isso está pensado também porque a gente sabe que na área central existe não só o que foi colocado em relação ao corpo de bombeiro, mas até a própria aprovação, corpo de bombeiro é um problema bastante sério. Nós temos, não sei se a Elisabete França lembra, mas ela nos ajudou ao movimento, e nós como assessoria e aprovação de um projeto que levou dois anos, que foi a Pirineus, e que é uma experiência eu acho que também bastante sucedida em relação à administração, ao projeto e tal. Foi colocado também, e aí é uma pergunta que eu faço que isso do plano de habitação que o investimento, não sei bem em que momento foi colocado aqui, não estou muito interessada de um investimento, acho que foi você que colocou, quando o prédio é maior e tem um investimento que não vale a pena ser feito, uma coisa desse tipo que foi colocado, vocês fizeram uma seleção nesse levantamento, a FUPAM, enfim, também um esclarecimento maior em relação a isso, porque não sei que dado é esse, não consigo entender. E por fim, nós gostaríamos muito de ter esse material também, para que a gente possa não chegar aqui, estou absolutamente por fora, então isso seria importante que os tivéssemos esses dados, até como técnicos também, não só o movimento, evidentemente que tem o seu pleito aqui, mas nós também gostaríamos de estar mais interessados, para poder inclusive contribuir aqui nos debates. **Sr. Maksuel:** Eu acho que o Kazuo e o Pedro colocaram bem, a minhas perguntas são relativas de quanto será o valor mínimo e máximo por unidades habitacionais sendo que é de 30 a 40m a unidade habitacional. Qual o critério de encaminhamento da demanda para o atendimento. Qual é a prioridade do atendimento das famílias, tendo em vista que o programa prevê atendimentos até 10 salários mínimos para a gente não cair na contradição também do programa do Minha Casa, Minha Vida. O programa é bom mas a gente não consegue atender nossa demanda, porque as construtoras não querem atender pobre, conversei com 23 construtoras o ano passado, Construbase, Construel, Gafisa, Abyara, tudo quanto é construtora e ninguém quer atender. Você chega lá tenho tantas mil pessoas cadastradas no movimento, a construtora fala para você: Quanto o seu povo recebe? Você fala é de zero a três. Ah não dá, eu não ganho meus 3 milhões e meio. Então tem que se levar em conta isso, de 0 a 10 é muito bom, tem que atender uma demanda, ninguém está falando que não tem que atender o cara que recebe 10 salários mínimos, mas ele tem condições de outros financiamentos, ele tem condições de ir à Caixa Econômica Federal e pegar um financiamento direto. Vai ter cota na questão da renda, se vai ser por cota, como vai ser isso daí. Na questão do empreendimento aqui, que 468 famílias ficaram ocupadas por mais de 5 anos no Prestes Maia, o valor lá que o proprietário estava devendo de IPTU era de 8 milhões. Se a gente pega o Mauá o proprietário está devendo 4 milhões, então a gente gostaria de saber como foi feito esse levantamento desses prédios. Tem que ver direitinho como foi feito esse laudo, não estou questionando a faculdade que fez os laudos, mas eu acho que é um pouco contraditório quando a gente pega esses prédios como exemplo. **Sr. André:** Se trata de um programa de habitação no centro eu queria saber porque não foi levado em consideração terrenos vazios com estacionamentos, casarões galpões de indústria. **Sr. Abraão:** Uma observação na questão desses 53 prédios aqui no centro da cidade, como todos estão comentando quais foram os critérios e muitos de nós não sabemos como vai ser tratado isso. Não sei qual foi o jornal, parecia ter já alguns critérios, e eu não estou falando que essas pessoas não tem direito a essa moradia, aí eu vi lá, prédios iam atender um grupo de artistas, o outro ia atender a PM. Eu não estou falando aqui que os PMs não tenha direito, porque tem policiais que ganham uma miséria, que merece um bom salário e que tem que estar nessas unidades, mas e os idosos? Para conquistas hoje, e quero parabenizar a prefeitura pela Vila dos Idosos e pela luta dos movimentos sociais que hoje nós temos lá e eu estou dando como exemplo. **Sr. Ricardo** - Bom, vou tentar agrupar os temas semelhantes, primeiro lugar eu gostaria de agradecer as menções elogiosas, as pessoas trabalham bastante, não estou falando de mim, estou falando da equipe que trabalha na Secretaria, então é muito importante também quando a gente se sente estimulado com a fala de um colega do Conselho. Quando eu entrei na COHAB em 2005 eu procurei exaustivamente esses levantamentos anteriores, eles se perdem com o tempo porque eles ficam totalmente desatualizado, então era importante a gente fazer um levantamento novo. Nós não focamos terrenos porque não era o objetivo do trabalho, mas a gente acha sim que a gente pode tentar aproveitar os terrenos que porventura estejam disponíveis, no centro, e também no centro expandido. E a gente está

vendo que algumas iniciativas privadas já tem esse dado, no sentido de voltar a investir no centro, fazer prédios e tudo o mais, e a gente acha até bacana ter um prédio novo, mas esse não era também o escopo, porque o que a gente tem no centro muitos prédios com coeficiente de aproveitamento oito, dez. Então quando você, por hipótese você demolisse o prédio, ou desconstruísse, que seria a palavra politicamente correta, você ficaria com um terreno muito pequeno, e se você for empreender hoje nessa legislação, o custo por unidade seria muito elevado. Nós não levantamos nenhum edifício existente na região da nova luz, porque como isso é objeto de um projeto específico, a EMURB solicitou que a gente não fizesse isso, lá tem uma área de ZEIS que onde se pretende fazer 1500 unidades novas, mas certamente tem prédios lá que poderão ser aproveitados também para gerar mais unidades aqui. Bom, em relação ao IPTU, eu queria dizer, Maksuel, se você quiser você pode entrar no site da Secretaria de Finanças, levantar todos os IPTU's, o debito do Prestes Maia é de aproximadamente de 3 milhões, não de 8 milhões como você falou, que também Nós também não selecionamos nenhum prédio tombado, porque a dificuldade já é muito grande, mesmo você pegando um prédio não tombado, então fomos pelo mais simples de adaptar. Com relação a custos e estruturação financeira, eu fiquei muito feliz de ouvir esses comentários, porque conforme eu falei antes, eu acho que a gente tem que ter no Conselho uma preocupação com recursos, com viabilidade, porque se a gente usar melhor, a gente vai fazer mais, mais gente vai poder ser atendido. Nós estamos discutindo com a Caixa Econômica qual é o programa mais adequado para fazer essa estruturação. O Minha Casa Minha Vida ele está limitado, de zero a três salários a 52 mil reais, que é um número muito baixo em relação ao custo efetivo que nós estamos estimando, aliás essa estimativa é muito grosseira, nós não fizemos nenhum orçamento, nós não temos projeto para fazer isso, então considerem que esse custo é uma estimativa, a gente precisaria, ter um número, claro que nós fizemos uma conta em função das áreas, mas não é um número levantado com rigor. A Caixa Econômica, como eu falei, ela está estudando a possibilidade de estruturar essa operação, a gente gostaria que tivesse o máximo possível de subsídio, e aí a gente já entra na questão da demanda. O locação social vai ser contemplado sim, nós achamos que é um programa muito bom, especialmente para os idosos, alguém falou aqui também, o idoso, como vocês sabem ele não pode comprar o apartamento por causa da idade em função do seguro, e o idoso é muito zeloso com aquilo que a gente recebe, então ele não transfere, enfim, então a gente acha que é uma demanda muito legal, estamos até convidando a Mariana do CDHU para participar também. Não sei quem falou, acho que foi a Miriam, eu gostaria perto de cortar o bolo, mas acho que a gente está muito longe ainda, e nós temos muito trabalho ainda para fazer para poder chegar nesse momento de cortar o bolo, o trabalho de fazer uma reforma é ainda maior do que de fazer um prédio novo, como todo mundo sabe, e nós estamos em uma fase inicial, mas não pouco importante, porque selecionar os prédios adequados para que a gente não tivesse o risco de parar no meio, mas planejando da melhor forma possível, a gente tem mais chances de acertar. Com relação ao custo da unidade, conforme eu falei alto, o tamanho da unidade também é pequeno, a gente sabe disso, mas a gente está pegando um ambiente construído que está lá, quer dizer, para a gente aumentar essa unidade, a gente vai atender menos gente, então se eu quiser em tese, fizer o dobro do tamanho vou atender a metade das pessoas e vou gerar mais quebraadeira nos apartamentos. Então a gente pretende não ter um custo elevado, fazer isso daí. Em relação ao jornal, eu acho que aqui todo mundo está mais do que vacinado, teve um jornal importante que falou que a gente não tinha feito o plano de segurança, quer melhor segurança que a gente pode oferecer para uma região do que colocar pessoas morando, eu acho que é ao contrário, o nosso plano de segurança é o próprio renova centro. Em relação que foi falado aqui também, a demanda, eu tenho duas coisas que eu queria deixar para todo mundo pensar, hoje nós temos dois problemas em relação à demanda, um chamado Olarias, e um chamado, o Riscala Jorge. Então quando a gente fala de prédio alto, com elevador e tudo o mais, acho que também precisa dar um resposta para esse tipo de situação, nós acabamos de trocar o elevador do Olarias e o elevador já está quebrado, então precisamos pensar, porque nesse caso aqui vai ser tudo prédio com elevador, eu não acho que a gente deva fazer exclusão para resolver esse problema, mas eu acho que ele tem que saber como nós vamos educar as pessoas para morar em condomínio e aí eu acho que os movimentos são fundamentais nesse processo. **Sra. Elisabete:** Temos Mutirões, a Ângela vai apresentar. **Sra. Ângela** - O objetivo dessa apresentação também é fazer um apanhado geral da situação atual, não é fazer uma análise detalhada de cada um dos casos, inclusive tem um grupo de trabalho dos mutirões, que eu acho que faz parte da pauta hoje definir se esses grupos de trabalho vão ter continuidade ou não. Então as informações mais detalhadas sobre cada um dos casos, eu acho que o grupo de trabalho é o espaço para essa discussão. Só para a gente alinhar nosso raciocínio, nós estamos falando especificamente dos empreendimentos de mutirão, que foram realizados com recursos do extinto FUNAPS, que era um fundo que foi herdado pela Secretaria de Habitação, quando a Secretaria de Habitação foi separada da Assistência Social, e que a partir do final da década de 80 ele passou a ser turbinado, valorizado e utilizado no apoio às associações comunitárias. A apresentação está disponível na íntegra na Secretaria Executiva do CMH. **Sra. Elisabete:** Obrigada Ângela. Nós temos aqui hoje, nossos representantes da Caixa não puderam vir porque estão em reunião em Brasília, então nosso colega da Caixa, Antonio vai apresentar, ele não é conselheiro, mas muito bem vindo aqui para apresentar mais uma parceria inédita, Caixa, Fundo Municipal de Habitação. **Sr. Antônio:** Uma boa tarde a todos os conselheiros, então como já foi dito aqui pela Bete França, a proposta a esse voto, a suplementação esse aporte de recurso do Conselho municipal de habitação da ordem de um pouco mais de 860 mil reais para a gente poder retomar as obras desse empreendimento, que foi contratado em 2007, essas obras estão paralisadas. Ele foi contratado em 2007, houve o início das obras, infelizmente aconteceu uma série de problemas e já faz algum tempo que essas obras estão paralisadas. A história dele, para a gente conseguir retomar, foi feito um novo estudo técnico de engenharia, e foi apresentado um novo orçamento, e esse novo orçamento prevê inclusive a mudança da forma que vinha sendo tocada a construção, que antes era uma auto construção vai passar a ser tocado por uma construtora. Então esse novo orçamento hoje, só para a gente ter idéias de valores, o orçamento inicial do empreendimento era da ordem de 3 milhões e 364 mil, isso em 2007, esse novo orçamento com valores atualizados para hoje vai remontar da ordem de 6 milhões 322 mil para concluir esse empreendimento. Para viabilizar isso, a Caixa fez gestão aí, conseguiu